

## **Resumo**

O presente estudo objetiva investigar de forma mais sistematizada como eram engendradas as práticas de cura não licenciadas nas Minas Gerais no curso do século XVIII, tendo como seus principais agentes os africanos e mestiços – fossem escravos ou libertos –, dado que a despeito da constante perseguição, tanto laica como religiosa, estes indivíduos foram os principais responsáveis por ações terapêuticas no espaço estudado, sendo acionados, sobretudo, para remediarem as temidas “doenças de feitiço”. Neste contexto, além das práticas individuais de cura, darei ênfase também às ações coletivas protagonizadas pelos “negros curadores” (conforme são apresentados na documentação persecutória), com especial destaque para os nomeados calundus, que também possuíram frequência considerável nas Minas Gerais setecentistas. Para esta análise trabalho fundamentalmente com as fontes eclesiásticas de repressão, principalmente as devassas eclesiásticas, que funcionavam ao nível do bispado, e as denúncias encontradas nos Cadernos do Promotor do Santo Ofício, além de consultar, de modo acessório, parte dos tratados médicos escritos no período estudado, a propósito de perceber as semelhanças e diferenças entre as ações dos representantes da medicina oficial (em especial os cirurgiões) e aquelas dos curadores ilegais.

**Palavras-chave: curas, calundus, Minas Gerais, século XVIII.**